



**ANFIP
NACIONAL**

Associação Nacional dos Auditores Fiscais
da Receita Federal do Brasil

Linha Direta

#22

ANO XXXIII
JUNHO/2026

Carreira

Carf é indispensável para equilíbrio entre Fisco e contribuintes

Em nota pública, a ANFIP Nacional posiciona-se firmemente contra o PL 2.665/2026, que propõe a extinção do Carf e transfere à Justiça Federal todas as competências do órgão. O documento fundamenta tecnicamente os perigos trazidos pelo projeto.

•pág 3

Jurídico

Associação convoca assembleia sobre ação da Gefa

Os substituídos processuais da Ação Coletiva nº 0006783-38.1994.4.01.3400 devem participar de Assembleia Deliberativa, no dia 11 de junho, das 10h às 18h. A ação coletiva tem como objeto o pagamento das diferenças decorrentes da incidência de correção monetária sobre parcelas da Gefa.

•pág 4

Estadual

ANFIP-RS é oficialmente instalada e celebra 64 anos

O dia 29 de maio representa mais um marco para a ANFIP Nacional. A partir desta data, fica oficialmente instalada a ANFIP-RS, Associação Gaúcha dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil, concluindo sua adesão ao Projeto ANFIP do Futuro.

•pág 7

XIX Encontro Nacional

dos Auditores Fiscais da
Receita Federal do Brasil

De 21 a 23
de setembro de 2026

Rio Othon Palace
Copacabana
Rio de Janeiro (RJ)

No coração do Rio,
o encontro que fortalece
nossa união.

Faça sua
INSCRIÇÃO

Realização:



Participação:



Inscrição:

www.anfip.org.br

ANFIP Nacional: Ação e evolução

Atenção, associado: bônus de R\$ 600 para hospedagem durante o XIX Encontro Nacional

Os associados que participarem do XIX Encontro Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil contarão com mais um benefício oferecido pela ANFIP Nacional. A Associação disponibiliza um bônus de R\$ 600 para diárias de hospedagem durante o evento, que será realizado de **21 a 23 de setembro de 2026**, no Rio Othon Palace, no Rio de Janeiro (RJ).

O benefício é destinado aos associados que se inscreverem no Encontro Nacional até **31 de agosto de 2026**, que participarem de toda a programação do evento e se hospedarem em um dos hotéis credenciados pela organização.

Veja a seguir as opções de hotéis credenciados e como será aplicado o bônus:

– Hospedagem no Rio Othon Palace

Os participantes que optarem pelo hotel sede devem realizar a reserva diretamente no site oficial do Othon: www.othon.com.br. Além do bônus concedido pela ANFIP, os associados têm acesso a tarifas diferenciadas. Para obter o desconto exclusivo, na hora da reserva, insira o código **75912** no campo “**Código de Grupo**”.

Após a confirmação da hospedagem, o hotel realizará a cobrança da primeira diária. O valor restante do pacote será quitado no check-in, ocasião em que também será **aplicado o bônus de R\$ 600** oferecido pela ANFIP Nacional.

– Demais hotéis credenciados

Também integram a rede de hospedagem do evento os hotéis Astoria Palace Copacabana, Augusto's Rio Copa Hotel, Atlântico Travel Hotel Copacabana e Savoy Othon.

Para essas opções, a recomendação é que as reservas sejam feitas por intermédio da **Conextur Turismo**, pelos seguintes canais:

- Telefone: **(61) 3201-9291**
- WhatsApp: **(61) 99601-8283**
- E-mail: **conextur@conextur.com.br**

A agência já foi orientada pela ANFIP Nacional a aplicar automaticamente o desconto de R\$ 600 aos associados inscritos no XIX Encontro Nacional.

Reembolso – Caso a reserva já tenha sido efetuada, ou venha a ser realizada diretamente junto a um dos hotéis credenciados, o associado poderá solicitar o reembolso do valor correspondente ao bônus, que será creditado após a realização do evento. Para isso, deverá encaminhar a nota fiscal da hospedagem e os dados bancários para o e-mail **secretaria@anfip.org.br**.

ATENÇÃO

Para ter direito ao bônus de R\$ 600, é indispensável que o associado:

- esteja inscrito no XIX Encontro Nacional até 31 de agosto de 2026;
- participe de toda a programação do evento;
- hospede-se exclusivamente em um dos cinco hotéis credenciados.

As inscrições podem ser realizadas no site do evento: www4.anfip.org.br/eventos/1/inscricao

Acompanhe todas as informações, programação e novidades do XIX Encontro Nacional no portal oficial: encontronacional.anfip.org.br.

Expediente

LINHA DIRETA é uma publicação da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil.
Sede: SBN Qd. 01 Bl. H Ed. ANFIP - Brasília/DF - CEP: 70040-907
Telefone: (61) 3251 8100
Whatsapp: (61) 98289 5150

Envie seus comentários sobre o **Linha Direta** para o email: comunicacao@anfip.org.br

DIRETORA RESPONSÁVEL
Albenize Gatto Cerqueira

EDITORA
Ludmila Machado

REPORTAGEM
Daiana Lima e Ludmila Machado

Estagiárias:
Agnes Sena e Bianca Silva

EDITORÇÃO ELETRÔNICA
Allan Vitalino e Gilmar Vitalino



Nota Pública

Carf é indispensável para equilíbrio entre Fisco e contribuintes

A ANFIP Nacional recebeu com preocupação a informação sobre o Projeto de Lei nº 2.665/2026, apresentado pelo deputado federal Beto Preto (PSD/PR), no dia 27 de maio, que propõe a extinção do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf) e transfere à Justiça Federal todas as competências do órgão, determinando o envio dos processos pendentes em 90 dias.

Com o argumento de modernização institucional, a proposta produz efeito diametralmente oposto ao que proclama. A ANFIP Nacional posiciona-se firmemente contra o PL, pelos fundamentos a seguir expostos.

I. A Operação Zelotes não justifica a extinção de uma instituição centenária

A Exposição de Motivos invoca a Operação Zelotes como prova de falência estrutural do Carf. O argumento não se sustenta: a operação investigou condutas individuais de conselheiros — não uma disfunção sistêmica. Punir uma instituição com extinção por atos isolados de alguns membros equivale a propor o fechamento de uma corte do Poder Judiciário cada vez que um juiz é investigado por corrupção. O remédio para desvios de conduta chama-se controle, transparência e punição — não demolição institucional. O Carf tem genealogia histórica que remonta ao primeiro Conselho de Contribuintes, instalado em 14 de setembro de 1925. Sua composição paritária — metade dos conselheiros indicada pela Fazenda Nacional entre auditores fiscais de carreira e metade indicada por confederações econômicas nacionais em listas triplas — é garantia democrática de equilíbrio, não defeito a ser corrigido.

II. Os dados refutam os argumentos da Exposição de Motivos

O Diagnóstico do Contencioso Judicial Tributário Brasileiro, elaborado em fevereiro de 2022 pelo Insper em parceria com o CNJ e a PGFN, financiado pelo BID, analisou cerca de 51 mil ações e concluiu que 51,4% das decisões do Carf foram confirmadas pelo Judiciário de primeiro grau, com apenas 7% de reforma entre a 1ª e a 2ª instâncias judiciais. No biênio 2023-2024, o Carf julgou R\$ 1

trilhão em processos, com 96% das decisões por unanimidade ou maioria, reduzindo seu estoque em 21%. Em 2024, foram aprovadas 30 novas súmulas, consolidando décadas de jurisprudência especializada. Esses números retratam um órgão técnico funcional e produtivo — não a instituição disfuncional descrita na justificativa do PL.

III. A transferência ao Judiciário federal agravaria, não resolveria, a morosidade

O Relatório Justiça em Números 2024 do CNJ registrou 83,8 milhões de processos pendentes no Brasil. A Resolução CNJ nº 547/2024 reconhece formalmente que as execuções fiscais são “o principal fator de morosidade do Poder Judiciário”, respondendo por 34% do acervo, com congestionamento de 88% e tempo médio de tramitação de 6 anos e 7 meses. Jogar 72 mil processos tributários de altíssima complexidade técnica sobre esse sistema sobrecarregado, em 90 dias, sem varas especializadas — o art. 5º do PL diz que o CJF ‘poderá’ criá-las, não que ‘deverá’ — é receita para o colapso. O Carf funciona como filtro qualificado entre o Fisco e o Judiciário. Extingui-lo é romper essa barreira de contenção.

IV. Riscos concretos e posição da ANFIP Nacional

A aprovação do PL 2.665/2026 implicaria: (I) colapso dos Tribunais Regionais Federais diante do volume de processos transferidos; (II) destruição da jurisprudência administrativa consolidada em décadas; (III) supressão da instância gratuita de revisão, onerando o acesso à justiça para contribuintes; e (IV) aumento da litigiosidade judicial, em contradição direta com os objetivos da Reforma Tributária. A solução para os problemas legítimos do contencioso tributário está no aperfeiçoamento contínuo do Carf — transparência, seleção rigorosa de conselheiros, ampliação da vinculação a súmulas e precedentes —, não em sua extinção.

A ANFIP Nacional conclama o Congresso Nacional a rejeitar o PL 2.665/2026, preservando o Carf como instituição técnica indispensável ao equilíbrio entre o Fisco e os contribuintes e ao desenvolvimento econômico sustentável do Brasil.

Dia 11/6: Participe da assembleia deliberativa sobre ação da Gefa

A ANFIP Nacional convoca os substituídos processuais da Ação Coletiva nº 0006783-38.1994.4.01.3400 para participarem da Assembleia Deliberativa que será realizada no dia 11 de junho, por meio de votação eletrônica, das 10h às 18h (horário de Brasília).

A ação coletiva tem como objeto o pagamento das diferenças decorrentes da incidência de correção monetária sobre parcelas da Gratificação de Estímulo à Fiscalização e Arrecadação (Gefa), referentes ao período de dezembro de 1989 a julho de 1991.

Durante a assembleia, os participantes irão deliberar sobre a autorização para adoção de medida judicial (protesto) destinada à interrupção da prescrição do título judicial da ação coletiva, com o objetivo de resguardar os direitos dos associados abrangidos pelo processo.

Poderão participar da votação os associados efetivos e quites com seus deveres associativos.

A participação dos associados é fundamental para a deliberação da matéria e preservação dos direitos dos integrantes da ação coletiva.

ANFIP Nacional defende PEC 6/2024 em reunião no Palácio do Planalto

A ANFIP Nacional participou, no dia 2 de junho, de reunião realizada no Palácio do Planalto para discutir a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 6/2024, conhecida como PEC Social da Previdência. O encontro foi promovido pela Pública Central do Servidor e reuniu representantes de diversas entidades do funcionalismo público. Representando a ANFIP Nacional, esteve presente a vice-presidente de Assuntos Fiscais, Maria Aparecida Andrade Maia.

Embora o ministro da Secretaria-Geral da Presidência da República, Guilherme Boulos, não tenha participado da reunião em razão de compromissos diplomáticos, os representantes das entidades foram recebidos pela deputada federal Luciene Cavalcante, pelo chefe de gabinete do ministro, Caio César Moura, e pela chefe da Assessoria Especial de Assuntos Parlamentares e Federativos, Júlia Navara.

Durante o encontro, foram debatidos os principais pontos da PEC 6/2024, proposta que busca promover ajustes nas regras previdenciárias estabelecidas pela Reforma da Previdência de 2019. As entidades destacaram a importância da matéria para a valorização



dos servidores públicos, a proteção social dos aposentados e pensionistas e o fortalecimento da segurança jurídica no sistema previdenciário.

A PEC contempla medidas voltadas à revisão de dispositivos que impactaram direitos previdenciários de servidores, e propõe o fim gradual da cobrança da contribuição previdenciária de aposentados e pensionistas. Para as entidades presentes, a proposta representa um importante avanço na defesa e no reconhecimento da contribuição dos servidores públicos para o desenvolvimento do país.

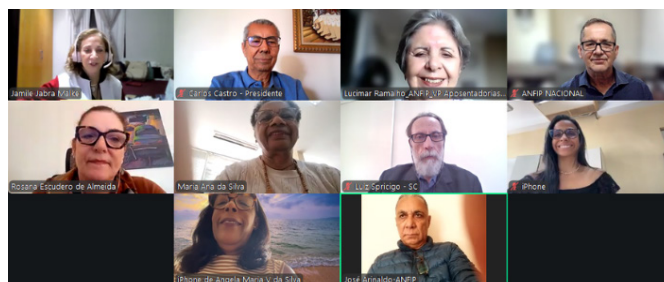
A ANFIP segue acompanhando a tramitação da PEC 6/2024 e atuando de forma firme em defesa dos direitos dos Auditores Fiscais aposentados, pensionistas e servidores públicos de todo o Brasil.

Comissão avança na programação do XIX Encontro Nacional dos Auditores Fiscais

A Comissão Organizadora do XIX Encontro Nacional realizou mais uma reunião de trabalho, em 3 de junho, para dar continuidade aos preparativos do evento, que acontecerá de 21 a 23 de setembro de 2026, no Rio Othon Palace Copacabana, no Rio de Janeiro.

Os trabalhos foram conduzidos pela coordenadora da comissão e vice-presidente de Cultura Profissional, Jamile Jabra Malke. Na ocasião, o presidente da ANFIP Nacional, Carlos José Castro, apresentou suas expectativas, destacando sua satisfação com a condução do projeto, e compartilhou sugestões para aprimorar a programação e a experiência dos participantes.

Além do cronograma, foram analisados diversos aspectos relacionados à organização do evento, como os locais das atividades, a logística de transporte e outros detalhes



operacionais necessários para garantir o bom andamento do Encontro Nacional.

Participaram ainda da reunião os vice-presidentes Daniel de Assis (Orçamento e Finanças), Lucimar Ramos de Lima Ramalho (Aposentadorias e Pensões), Maria Aparecida Fernandes Paes Leme (Relações Públicas e Interassociativas) e Luiz Spricigo (Administração). Representando a ANFIP-RJ, estiveram presentes José Arnaldo Gonçalves Ferreira, Rosana Escudeiro, Angela Maria da Silva, Cristina Taveira e Maria Ana da Silva.

Conselho Fiscal reúne-se para análise do relatório da auditoria independente

Os integrantes do Conselho Fiscal da ANFIP Nacional reuniram-se, em 1º de junho, para examinar documentos contábeis e financeiros da Associação, com destaque para o relatório da auditoria externa referente ao exercício de 2025. A abertura dos trabalhos, conforme previsto no Estatuto da Entidade, foi realizada pelo presidente do Conselho Executivo, Carlos José de Castro.

Na ocasião, Carlos Castro ressaltou a importância do Conselho Fiscal para a governança da Associação. Segundo ele, o colegiado exerce papel fundamental no acompanhamento e controle das atividades financeiras e patrimoniais da Entidade, contribuindo para a transparência e a segurança da gestão. “É sempre um prazer participar de mais uma abertura de atividades efetivas deste



Conselho. Conselho este que tem a função precípua e importantíssima da fiscalização e do controle das nossas atividades fiscais”.

Na sequência, o coordenador do Conselho Fiscal, Ariovaldo Cirelo, destacou a responsabilidade do colegiado na análise das contas da ANFIP e sua contribuição para o fortalecimento institucional da Associação. ▶

“Realizamos o melhor trabalho possível em benefício dos nossos associados”, afirmou.

Cirelo também explicou que o principal objetivo do encontro era examinar o relatório elaborado pela empresa TGB Auditoria Independente, contratada por meio de processo licitatório para realizar a auditoria externa das demonstrações contábeis e financeiras da ANFIP Nacional referentes ao exercício de 2025.

O coordenador enfatizou que a contratação de auditoria independente reforça o compromisso da ANFIP com a transparência e a boa gestão dos recursos: “Isso demonstra transparência no trato do patrimônio da nossa Entidade e respeito aos nossos associados”.

Os documentos contábeis e financeiros foram analisados por Ariovaldo Cirelo e pelos conselheiros titulares do CF Antônio Carlos Silveira e Gilson Fernando Ferreira de Menezes.

Entidades discutem fiscalização previdenciária



A ANFIP Nacional e representantes do Sindifisco Nacional se reuniram, no dia 2 de junho, na sede da Associação, em Brasília, para discutir as perspectivas da fiscalização previdenciária brasileira.

Representando a ANFIP, participaram a vice-presidente de Assuntos Fiscais, Maria Aparecida Andrade Maia, e o Auditor Fiscal e assessor técnico Vanderley José Maçaneiro. Pelo Sindifisco, estiveram presentes os dirigentes Luiz Cláudio de Araújo Martins, Maria de Lourdes Nunes Carvalho e Henrique Freitas da Silva.

O grupo de trabalho busca avaliar o cenário atual da fiscalização previdenciária em relação aos demais tributos administrados pela Receita Federal, identificando desafios, tendências e perspectivas para a área nos próximos anos. A vice-presidente Maria Aparecida Andrade, inclusive, é uma das autoras da tese “Fiscalização das contribuições previdenciárias – vitalizar e fortalecer”, apresentada na XXX Convenção Nacional da ANFIP, realizada em 2025.

Durante a reunião, entre os pontos levantados, está o fato de que os novos Auditores Fiscais têm direcionado sua atuação, majoritariamente,

para outros tributos administrados pela RFB, enquanto a fiscalização previdenciária vem registrando uma redução no número de profissionais dedicados à área.

Outro aspecto discutido foi o perfil dos servidores que atuam nesse segmento. Uma parcela expressiva, segundo analisado pelos dirigentes, já possui os requisitos para aposentadoria ou está próxima de alcançá-los. Nesse contexto, a preocupação é com a renovação dos quadros para assumir a responsabilidade pela fiscalização previdenciária nos próximos anos.

Os participantes alertaram que, sem medidas voltadas à valorização e ao fortalecimento da área, a fiscalização previdenciária poderá enfrentar dificuldades significativas em um futuro próximo, o que pode resultar em prejuízos para os trabalhadores, segurados e demais beneficiários.

Diante desse contexto, o grupo reforçou a importância de ampliar o debate sobre o tema e de discutir alternativas que contribuam para a continuidade e o fortalecimento da fiscalização previdenciária.

ANFIP-RS é oficialmente instalada e celebra 64 anos de história



O dia 29 de maio representa mais um marco para a ANFIP Nacional. A partir desta data, fica oficialmente instalada a ANFIP-RS, Associação Gaúcha dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil, concluindo sua adesão ao Projeto ANFIP do Futuro. O presidente da ANFIP Nacional, Carlos José de Castro, esteve em Porto Alegre, oportunidade em que se reuniu com os associados gaúchos e comemorou os 64 anos da entidade.

Com a finalização do processo de unificação com a Nacional, foram extintos, na mesma data, os trabalhos da Representação do Rio Grande do Sul. Carlos Castro, na oportunidade, agradeceu pessoalmente aos diretores Marville Taffarel (presidente), Célia Regina Steibel Sarmento (vice-presidente) e José Amilton Vieira Freire (diretor Financeiro), assim como à associada Dulce Wilennbring de Lima, pelo importante apoio dado à adesão da ANFIP-RS ao Projeto ANFIP do Futuro. “Graças a vocês o processo de transição foi realizado”, destacou o presidente.

Informações – Carlos Castro também teve a oportunidade de se reunir com os associados do estado e informar todas as atividades que a Entidade Nacional tem desenvolvido no que tange ao pagamento de ações judiciais, à melhoria dos planos de saúde, aos projetos de reestruturação da carreira e ao trabalho parlamentar no Congresso Nacional. O presidente também

relatou o trabalho de modernização da Entidade, voltado à renovação institucional e à ampliação do quadro associativo

Aniversário – A data marcou também a comemoração pelos 64 anos da Estadual gaúcha. Dirigentes e associados brindaram o momento em um jantar realizado no salão principal da Sociedade Libanesa de Porto Alegre.

O presidente Carlos Castro homenageou a entidade e destacou sua relevância histórica. “A Associação gaúcha tem uma história riquíssima, um capítulo que enobrece a ANFIP Nacional. Vim aqui para homenagear seus 64 anos”, afirmou.

Com a formalização da ANFIP-RS, a diretoria fica assim estabelecida:

- **Presidente:** Vilson Antonio Romero
- **Vice-Presidente:** Marville Taffarel
- **Diretor Administrativo:** Luiz Carlos Santos da Silva
- **Diretora Financeira:** Leoni Dalla Vecchia
- **Diretora Financeira Adjunta:** Norma Leonor Thomé
- **Diretor de Política de Classe:** Carlos Fernando Schuch
- **Diretora Cultural, Social e Esportiva:** Magda Maria Sztelzer
- **Diretor de Aposentados, Pensionistas e Serviços Assistenciais:** Luiz Fernando dos Santos Pereira
- **Diretora Jurídica:** Doralina Pacheco de Matos

Fale com a ANFIP

Geral

(61) 3251-8100 (ligação e whatsapp)
0800 701 6167 (somente telefones fixos ou públicos)

E-mail: ouvidoria@anfip.org.br

Aposentadorias e Pensões

3004-1200 (custo de ligação local)
E-mail: aposentadoriasepensoes@anfip.org.br

Cadastro

E-mail: cadastro@anfip.org.br

Comunicação Social

E-mail: comunicacao@anfip.org.br

Jurídico

3004-9197 (custo de ligação local - atendimento das 14h às 18h)

(61) 3251-8121 / 8123 / 8126

E-mail: juridico@anfip.org.br

Presidência

E-mail: presidencia@anfip.org.br

Secretaria

E-mail: secretaria@anfip.org.br

Serviços Assistenciais

3004-9196 (custo de ligação local)

E-mail: assistenciais@anfip.org.br

You Huul: 0800 932 0000 – Ramal: 4199

Allcare: Whatsapp (11) 3003-5200 /

SAC 0800 941 4962 (atendimento das 8h às 20h, de segunda a sábado, exceto feriados)

Geap: 0800 728 8300

